389

A dupla Liampó das crónicas portuguesas

VISCONDE DE LAGOA

Colóquio realizado na Junta de Investigações Coloniais em 16 de Dezembro de 1949.

A DUPLA LIAMPÓ DAS CRÓNICAS PORTUGUESAS

Eivada de lacunas, no que toca a feitos praticados com cunho oficial e com directo patrocínio dos governos metropolitano e ultramarino, não admira que a história da expansão portuguesa no Mundo omita, ou refira em deficiente síntese, cometimentos da iniciativa pessoal dos nossos soldados aventureiros, devidos à audácia e à intuição de quem os concebeu e realizou.

Avulta em tais omissões o estabelecimento português de Liampó, que adquiriu, parece, excepcional desenvolvimento numa época em que as frotas da coroa lusitana se não arriscavam em tão afastados mares.

A múltiplos séculos de distância, e a despeito dos progressos da historiografia hodierna, pouco se sabe do empório que fundámos em Liampó, ao qual Fernão Mendes Pinto dedica notícia entusiástica e minuciosa.

Onde demorava?

Eis o tema da palestra que sou hoje chamado a proferir aqui, a convite do secretário da Comissão Executiva da Junta, o Sr. Dr. Luís Silveira, organizador destes colóquios.

Quis a sua amável insistência que eu dê apagado concurso à iniciativa meritória e quer o acaso que encontre na evocação de um passado distante a introdução — digamos assim — à tese que vou desenvolver.

A vossa indulgência, minhas senhoras e senhores, para o conferente modestíssimo que aborda temeroso o tema escolhido, cônscio da sua insuficiência, deslumbrado pelo pormenor da epopeia assombrosa que o ínclito infante esboçou nas penedias de Sagres, epopeia que aproximou o homem do seu semelhante, que provocou a distribuição económica dos produtos da terra, que rasgou novos e dilatados horizontes à civilização e à fé, que desbravou regiões imensas em múltiplos continentes, que sulcou as águas de todos os oceanos, mares, rios e lagos e que legou ao universo o conhecimento de si próprio; epopeia que inda em nossos dias, a despeito dos séculos e das vicissitudes, impõe Portugal ao respeito do Mundo, tal como a envergadura da águia quando paira protectora sobre os filhos e sobre o ninho.

A vossa indulgência, senhoras e senhores, que eu vou começar, advertindo

desde já o auditório de que pouco acrescentarei ao que sobre o assunto escrevi na tentativa de reconstituição geográfica da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, a publicar nos *Anais* desta Junta.

* * *

Caçava eu, minhas senhoras e senhores, vão decorridas algumas décadas, em terras do Alto Buzi, quando fui surpreendido por ataque violento de febres palustres.

Impossibilitado de retroceder para a sede da circunscrição pela longa caminhada que dela me separava, forçoso foi que me acolhesse à melhor palhota da povoação vizinha e que recorresse à farmácia portátil que acompanha — ou deve acompanhar — os caçadores africanos.

O dono da cubata senhorial, prodigiosa construção de estacas, capim e lama, era um índio precocemente envelhecido por bastos anos de canseiras e labuta em terras africanas.

Tipo curioso na sua franqueza rude. Adepto intransigente da religião parse, nada que implicasse derramamento de sangue lhe servia de alimento, sendo eliminados do seu comércio quantos artigos se prestam à caça e à pesca.

Não sei se no delírio das febres altíssimas aludi em termos desprimorosos aos indíviduos de pigmento escuro; o certo é que, assegurado o restabelecimento, quando tributava ao Sr. Antunes, que assim declarou chamar-se o meu improvisado anfitrião, os agradecimentos a que tinha jus, ele me declarou, solene e insistentemente, que em suas veias corria sangue português, e do melhor, por um seu ascendente que fora dos fundadores do porto lusitano de Liampó, distinto, insistiu, da urbe chinesa do mesmo nome.

Foi esta quiçá a primeira notícia que tive de Liampó e foi decerto a primeira que ouvi da existência de dois portos homónimos e vizinhos mas distintos.

Esta circunstância foi causa de que Liampó se me não varresse de todo da memória no decurso da vida agitadíssima que depois levei, em que todas as horas do dia, e parte das da noite, mal chegavam para o cumprimento rigoroso dos deveres convencionalmente havidos por sociais.

Volvidos anos, quando a epopeia portuguesa ultramarina entrou a ser o entusiasmo, a preocupação, a obcecação das minhas horas de ócio, dos meus estudos e labores, Liampó deparou-se-me por vezes à memória, de forma vaga e imprecisa, mais como reminiscência de um episódio pessoal do que como padrão magnífico de feitos ao tempo excluídos dos meus conhecimentos históricos.

Todavia, o episódio cinegético que venho de contar-vos e a curiosa revelação histórico-geográfica a que ele deu lugar voltaram-me à lembrança, com especial interesse, quando houve de meditar no seguinte trecho da década inicial de Barros:

E começando a dividir todo o marítimo desta Ásia, que ao presente faz ao propósito para relação de nossas navegações e conquistas, podemos fazer esta divisão em nove partes, em que a natureza a repartiu, com sinais notáveis, sem lançarmos linhas imaginárias, os quais sinais são mares, cabos e rios, e onde acaba a primeira parte começa a segunda, e assi sucessivamente. A primeira tem seu princípio na boca do estreito do mar a que pròpriamente chamamos Roxo, e acaba na boca do outro — Párseo; a segunda acaba na foz do Rio Indo; a terceira na cidade Cambaia, situada na mais interior parte da enseada do mar chamado do seu nome; a quarta começa no grande Cabo Comori; a quinta no ilustre Rio Gange; a sexta no Cabo de Cingapura, além da nossa cidade Malaca; a sétima no grande rio chamado Menão, interpretado mãe das águas, o qual corre per meio do reino de Sião; a oitava fenece em um notável cabo que é o mais oriental de toda a terra firme, que ao presente sabemos, a qual é quase no meio de todo o marítimo da grande região da China, a que os nossos chamam Cabo de Liampó, POR RAZÃO DE ŨA ILUSTRE CIDADE QUE ESTÁ NA VOLTA DELE, CHAMADA PELOS NATURAIS NIMPÓ, DA QUAL OS NOSSOS CORROMPERAM LIAMPÓ.

Os dizeres de Barros são, como vimos, concludentes no tocante à existência de um promontório, que representava o extremo oriental da terra firme até então conhecida, a que os Portugueses chamaram de Liampó por razão da cidade Nimpó, sita na volta dele, cujo nome adulteraram para Liampó, cabo que se identifica com a Ketau Point da moderna cartografia inglesa, no litoral leste da China, fronteiro ao arquipélago de Chusan.

Barros revela-nos, neste passo das *Décadas*, uma cidade, ao tempo já ilustre, cujo nome Nimpó se estendeu, corrompido, ao promontório vizinho, urbe que por sem dúvida corresponde à Ningpó ou Ningpofu das cartas hodiernas, na margem do rio Yung, a uma dezena de milhas da foz.

Temos assim que o recurso à historiografia portuguesa autoriza, ou parece autorizar, a identificação de Liampó com Ningpó, se nos reportarmos ao citado passo das *Décadas* e se considerarmos a omissão de que o assunto é objecto na generalidade dos cronistas, excepção feita para Barros, como vimos, para António Galvão, que se limita a indicar, com notável acerto, a latitude daquele porto, para o autor do *Tratado das Coisas da China*, para Fernão Mendes Pinto e Manuel de Faria e Sousa, este sem interesse para o estudo que nos anima por se limitar a reproduzir a lição daquele, de que adiante me ocuparei.

Solucionado o problema desta sorte, forçoso seria que relegássemos para o âmbito da fantasia, a que são, como é do domínio geral, propensos os filhos do Oriente, a firme alusão do meu improvisado hospedeiro do Alto Buzi aos dois estabelecimentos homónimos. E isto dada a impossibilidade de confrontar a probidade sòlidamente estabelecida de João de Barros com a hiperbólica leviandade das gentes asiáticas.

Atentemos porém, para conveniente apreciação da matéria e simultânea justificação do uso propositado que fiz do condicional do verbo ser, nestoutro trecho da mesma década:

Finalmente, é (a China) *tam grossa e abastada de tudo, que estando alguns dos nossos em um porto, junto da cidade de Nimpó, em três meses viram carregar quatrocentos bahares de seda solta e tecida, que são mil e trezentos quintais dos nossos.*

A alusão àquele porto, chegado ao de Liampó, onde os portugueses assistiam e onde se fazia, ao que parece, importante carregação, cujo nome o cronista inexplicàvelmente cala, traz-me à lembrança a revelação do parse.

Estará a precisão com o meu inculto informador da selva africana e teria eu obtido casualmente então um esclarecimento histórico-geográfico desconhecido da generalidade dos historiadores e geógrafos de antanho e de agora?

Notemos que Barros alude apenas à existência de um porto, provàvelmente marítimo, chegado ao fluvial de Ningpó, cujo movimento mercantil alguns portugueses tiveram fortuito ensejo de presenciar.

Presta-se este passo das *Décadas* à simples conclusão de que os Chineses, que não os Portugueses, estimularam o progresso da já ao tempo famosa Ningpó, construindo-lhe, nas proximidades, um porto, evidentemente marítimo, de acesso.

Temos assim que a lição fundamental de Barros, no que ao nosso estudo importa registar, se circunscreve ao esclarecimento de ser Liampó corrupção de Ningpó, o que autoriza a conclusão de tratar-se de um porto único, importante, servido por outro, marítimo, cujo nome o historiador omite.

Todavia, a despeito da autoridade de Barros e do merecido crédito de que a sua obra desfruta aquém e além-fronteiras, a identificação de Liampó, ou, com maior precisão, do estabelecimento lusitano daquele nome, com Ningpó é contrariada por alguns investigadores de nossos dias, para quem se trata de portos distintos, o primeiro dos quais demorava junto à barra do rio Yung, no sítio da actual Chin-Hai, cerca de três léguas a lés-nordeste do segundo.

Como a minha aventura da selva africana não foi decerto extensiva àqueles pesquisadores e como eles fundamentam suas opiniões em elementos mais sólidos do que o informe por mim obtido em terras de Moçambique, direi que entre os argumentos de que usam avulta a existência, que me é vedado contestar ou constatar, junto de Chin-Hai, de vestígios de um desaparecido estabelecimento quinhentista.

Argumento de indiscutível consistência se nos reportarmos à notícia do P.^e^ Montalto de Jesus de que, no século passado, se viam em Chin-Hai as ruínas de um forte caracteristicamente português e quinhentista, com a pedra das reais armas que lhe encimara a entrada principal.

Mas argumento desvalorizado pelo estranho desaparecimento, em pleno século XX, da parte dos destroços que melhor evidenciava a fábrica lusitana.

Abstenhamo-nos portanto, sem menosprezo da probidade do P.^e^ Montalto de Jesus, de discutir o que se nos apresenta com cunho inconcludente e interrompamos, a título transitório, a análise historiográfica da tese que nos ocupa, para apreciá-la, a traços largos, à luz da cartografia de quinhentos.

Constitui ela o principal esteio dos que pugnam por Chin-Hai, demarcada, pretendem, com o nome de Liampó, no planisfério que Gerardo Mercator construiu em Duisburgo, em 1569, na margem norte e junto à foz de um rio que condiz com o Yung da cartografia hodierna, em posição susceptível de corresponder à do porto marítimo que servia Ningpó.

Patrocinada por geógrafos de renome, a conclusão tirada da carta de Mercator intensificou as dúvidas de que já era objecto a identificação de Liampó e fez com que a hipótese de Chin-Hai prevaleça sobre a tradicional de Ningpó, critério que encontrou tenaz e recente apoio no erudito cartólogo

e nosso querido amigo, o embaixador de França Albert Kammerer. E isto a despeito da imprecisão que Mercator evidencia ao inserir Liampó, em cartas posteriores — como a do *Regnum Chinae* da quarta edição do seu atlas, a de Amesterdão, 1616 —, junto à costa oriental chinesa mas distante de qualquer rio.

Se apreciarmos sucintamente o problema à luz de cartas portuguesas de quinhentos, tão fidedignas como a de Mercator, encontraremos fundamento para rebater a hipótese de Chin-Hai e sustentar a identificação tradicional de Liampó com Ningpofu.

Começarei pelo cartógrafo muito ilustre que foi Lopo Homem, o primeiro, suponho, que inseriu Liampó em mapa europeu, no que logo foi seguido, entre outros, pelos portugueses Diogo Homem, em cartas de 1558 e 1568, Bartolomeu Velho e Lázaro Luís, ambos em 1561, Fernão Vaz Dourado, em 1568 e posteriormente, Luís Teixeira, em 1595, Pedro de Lemos e Domingos Martins d'Orta, em fins de quinhentos, João Teixeira, ao terminar o primeiro quartel de seiscentos, etc., etc.

Ora Lopo Homem é explícito ao demarcar uma só Liampó, no sítio aproximado de Ningpó, no que é seguido, afigura-se-me, por Lázaro Luís, Pedro de Lemos, pelo autor anónimo do planisfério português da Biblioteca Valiceliana, de Roma, e por outros.

Temos assim que as figuras eminentes da antiga cartografia portuguesa, a que venho de aludir, sustentam a identificação de Liampó com Ningpó, o que asseguraria solução convincente ao problema de que tratamos se não houvéssemos de considerar a circunstância de constituírem maioria os cartógrafos coevos que situam Liampó em local correspondente ao da actual Chin-Hai.

Tal divergência, condenatória do recurso à cartografia de antanho para conseguir a identificação que nos ocupa, é agravada pelo facto de outros mapas fidedignos estenderem o nome de Liampó a dois portos distintos, que respectivamente correspondem à Ningpó e Chin-Hai de nossos dias.

Seja exemplo a carta de Luís Teixeira, de 1595, que regista Liampó e Ningpó, em posições equivalentes às de Chin-Hai e Ningpó.

Reportemo-nos ao famoso Fernão Vaz Dourado, cuja longa permanência na Índia lhe facultou notícias pormenorizadas de todo o Oriente.

No atlas que construiu em Goa, em 1571, *na folha em que está lançado do Cabo de Comorin até Japão e até Maluco, com toda a terra ao Norte*, destaca-se Liampó em posição equivalente à de Ningpó, ou seja na margem e a umas três léguas da foz de um rio anónimo que corre no sentido leste-oeste, por sem dúvida identificável com o Yung, e na sua confluência com outro que se estende de nor-noroeste a su-sueste e que, a despeito da direcção inexacta, representa os braços do Yung, ao presente denominados Yuyao and Tsie-Kie e Funghwa branches.

Mas, pormenor curioso, na citada carta estende Vaz Dourado o nome Liampó a um estabelecimento marítimo distante do fluvial uma dezena de milhas e sito em local que corresponde ao da actual Chin-Hai, portos cuja importância correlativa o cartógrafo evidencia grafando o primeiro em minúsculos caracteres negros e o segundo em destacadas capitais vermelhas.

Outros cartógrafos assinalam com Vaz Dourado a existência de duas

Liampós, alguns havendo que demarcam aquele estabelecimento em posição que se furta a interpretação precisa.

Presta-se o exposto à conclusão de que a cartografia antiga permite a dupla identificação de Liampó com Ningpó e Chin-Hai e presta-se simultâneamente à ilação de ser aquele nome outrora extensivo aos dois mencionados portos.

Impõe-nos isto novo recurso à historiografia, em especial à notícia inserta por Fernão Mendes Pinto no capítulo LXVI da sua *Peregrinação* de que alcançou as portas de Liampó, *q̃ são duas ilhas tres legoas donde naquelle tempo os Portugueses fazião o trato de sua fazenda, que era hũa povoação que elles tinhão em terra de mais de mil casas, com governança de vereadores, & ouvidor, & alcaides, & outras seis ou sete varas de justiça & officiais da Republica, onde os escrivães no fim das escrituras publicas punhão: E eu foão, publico tabalião das notas & Judicial nesta cidade de Liampoo por el Rey nosso Senhor, como se ella estivera situada entre Santarem & Lisboa, & isto com tanta confiança & oufania, que avia já casas de tres & quatro mil cruzados de custo...*

Noutro passo da *Peregrinação*, no capítulo LV, informa o autor que em Liampó *avia muyta gente Portuguesa, que ahy era vinda de Malaca, de Çunda, de Sião, & de Patane, a qual toda naquelle tempo aly custumava vir invernar.*

Como a lição de Mendes Pinto foi por mim analisada na tentativa que fiz de reconstituir-lhe geogràficamente os discutidos e discutíveis itinerários, e como nada se me oferece acrescentar ao que ali disse, limitarei as considerações de agora à reprodução do que então escrevi, salientando contudo o informe de que os portugueses que fundaram e desenvolveram o estabelecimento lusitano de Liampó provinham de Malaca, Sunda, Sião e Patane, o que lhes denuncia o carácter de aventureiros que agiam de moto próprio.

A apreciação simultânea dos dois citados trechos da *Peregrinação* esclarece que, no espaço de trinta anos, ou seja depois da conquista de Malaca, edificaram os Portugueses, em afastada região do litoral, sem apoio dos governos da metrópole e da Índia, uma importante povoação de passante de mil casas, provida de autoridades próprias.

É digno de reparo que o porto em questão progredisse de forma tão rápida e acentuada sem que dele quedasse vestígio na generalidade das crónicas e arquivos lusitanos do Oriente e sem que se conheça documento relativo aos múltiplos funcionários que Pinto pretende ter encontrado ali, cuja nomeação não prescindia de intervenção do governo do reino ou do da Índia.

Temos por exagerada neste passo a notícia da *Peregrinação* e por mais conforme com a realidade o informe de outro cronista lusitano de quinhentos, para quem os Portugueses se estabeleceram em Liampó com o assentimento das autoridades sínicas da região, de quem obtiveram muitas e importantes regalias, limitadas todavia no que tocava à imposição de penas capitais.

A análise meticulosa da *Peregrinação* é concludente no que respeita a ser o porto fluvial de Ningpó distinto do de Liampó, que Pinto diz ser porto de mar do reino da China: *e que em Cantão, & no Chincheo, & Lamar, & Conhay, & Sumbor, & Liampóo, & outros que estavão ao longo do mar...*

Consideremos agora os seguintes trechos do capítulo LXVIII da *Peregrinação*, que narra a chegada a Liampó e a permanência ali.

Desta maneyra, escreve Pinto, *chegou Antonio de Faria ao porto, no qual estavão surtas por ordem vinte & seis naos, & oitenta juncos, & outra muyto mayor soma de vancões, & barcaças amarradas hũas ante outras...*

Antonio de Faria despois de estar surto junto da terra no lugar que para isso lhe estava aparelhado, fez sua salva de muyta e muyto boa artilharia, a que todas as naos & juncos & as mais embarcações que tras disse, responderão por sua ordem...

Acabadas estas salvas de hũa parte & da outra, chegou a bordo do jũco de Antonio de Faria hũa lanteaa muyto bem remada... Encima no toldo desta embarcação vinha armada sobre seis perchas hũa rica tribuna forrada de brocado com hũa cadeyra de prata, & ao redor della seis moças de doze até quinze annos muyto formosas tãgendo em seus instrumentos musicos, & cantando com muyto boas falas, QUE POR DINHEYRO SE TROUXERÃO DA CIDADE DE LIAMPOO, QUE ERA DALY SETE LEGOAS.

Temos aqui evidente prova de que Pinto alude a dois portos diversos, marítimo e fluvial, que indistintamente denomina Liampó e que situa a sete léguas de distância um do outro, prova reforçada no capítulo LXX da *Peregrinação*, na descrição do banquete oferecido a António de Faria no porto marítimo de Liampó, quando diz que ali *serviram seis gomis de oiro muito grandes que os mercadores chins trouxerão da cidade* (porto fluvial) *de igual nome.*

O exposto presta-se à conclusão de que Liampó é, como diz João de Barros, corrupção de Ningpó, onde, com muita probabilidade, se fixaram os primeiros portugueses que acorreram àquela afastada região chinesa e de onde irradiaram depois para o sítio da actual Chin-Hai, na foz do rio Yung, a que alguns cronistas e cartógrafos de quinhentos estendem o nome de Liampó.

Esta a versão que se nos afigura mais condicente com a lógica, dada a improbabilidade de os portugueses chegados a Liampó, decerto em número muito reduzido, se estabelecerem desde logo em ponto isolado de um litoral infrequentado pela navegação lusitana, que lhes oferecia a perspectiva de repetidos e irresistíveis ataques da pirataria que infestava aqueles mares e que se acoitava nas milhentas ilhas do vizinho arquipélago de Chusan.

Surpreenderia que eles se não acolhessem de preferência a Ningpó, entreposto mercantil sito a uma dezena de milhas da costa, na confluência de três cursos de água que comercialmente serviam considerável extensão do *hinterland.*

Se apreciarmos porém estas considerações em conjunto com a alusão de Barros ao porto marítimo que servia a cidade de Liampó, cuja fundação aquele cronista não atribui aos Portugueses, e simultâneamente com a notícia atrás citada de que o estabelecimento dos nossos maiores ali se fez com consentimento e privilégios das autoridades sínicas, poderemos inferir que os próprios Chineses incitaram a transferência dos portugueses acorridos à urbe Liampó para o porto marítimo do mesmo nome, que, habitado pela gente destemida que assombrava o Oriente, quedaria em condições de repelir as frequentes investidas dos piratas japoneses que infestavam as ilhas de Chusan, aos quais não podia opor-se com vantagem a população china da costa.

Significa isto, em resumo, que aqueles dos nossos que primeiro se aven-

turaram em paragens tão remotas se fixaram na próspera urbe de Liampó, onde logo progrediram em número e influência e de onde transitaram para o porto marítimo que servia a cidade, a instigação das autoridades sínicas, empenhadas em dotá-lo de meios eficazes de resistência aos piratas que amiúde o assaltavam com implícito e grave prejuízo do comércio e tranquilidade de toda a região.

As facilidades concedidas para fixar os Portugueses na Liampó costeira e proporcionar-lhes meios eficazes de defesa provocaram o rápido desenvolvimento da colónia lusa e a simultânea ampliação das regalias que fruía, a breve trecho extensivas à autonomia administrativa e, se dermos crédito ao P.e Montalto de Jesus, à construção de uma fortaleza (1).

O extraordinário sucesso do estabelecimento, a que podemos com propriedade chamar português, de Liampó foi pois consequência conjunta do arrojo, actividade e espírito empreendedor dos que lá se fixaram e da conveniência do governo regional de facilitar-lhes o progresso e os meios de defesa.

Minhas senhoras e senhores:

A vossa presença, a atenção que prestastes à minha palestra despretensiosa, a indulgência com que vos propondes julgá-la, são para mim um prémio e um estímulo cujo valor reconheço e agradeço muito sensibilizado.

Estou à inteira disposição de VV. Ex.as para esclarecer ou apreciar quaisquer reparos que desejem apresentar-me.

(1) Por lapso omitiu o conferente salientar, no decurso deste colóquio, a contradição em que incorrem os que taxam de falaz e exagerada a notícia de Mendes Pinto das regalias que os Portugueses fruíam na Liampó marítima, sem consideração do pouco que tais privilégios representam perante a existência, mencionada por Montalto de Jesus, a quem concedem crédito irrestrito, de uma fortaleza lusitana em território sínico.

Findo o «colóquio» o conferente pôs-se, como disse, à disposição da assistência para esclarecer a matéria versada. Os esclarecimentos pedidos foram os seguintes:

O Com. Jaime do Inso: Expôs V. Ex.a magistralmente o seu trabalho sobre essa colónia portuguesa, esse estabelecimento misterioso que tem dado margem a tanta discussão entre pessoas que se interessam por estes assuntos.

Mas evocou V. Ex.a a autoridade de Fernão Mendes Pinto. Como todos sabem, Mendes Pinto tem sido atacado como impostor, ao ponto de haver quem lhe chame Fernão Mentes Minto.

Seria pois interessante que V. Ex.a se pronunciasse sobre a probidade de Fernão Mendes Pinto e sobre o valor da obra que nos legou. Eis o que solicito de V. Ex.a

O Conferente: O convívio aturado de todos os dias e pràticamente de todas as horas que mantive com a *Peregrinação*, durante mais de um ano, para tentar reconstituir-lhe os discutidos e discutíveis itinerários, dão-me, presumo, certa autoridade para afirmar que ela é dos maiores monumentos da literatura nacional.

Analisado com são critério e com repúdio da cronologia absurda, o que Pinto ali refere tem, de modo geral, cunho de realidade, excepção feita, por exemplo, para a pretensa expedição ao interior da Tartária.

Mas, importa acrescentar, os erros cronológicos da *Peregrinação* não diminuem, em meu entender, o autor, antes lhe atestam a sinceridade e condenam a afirmação infundada de que denunciam fraude. Se Pinto fosse um impostor e a *Peregrinação* uma impostura, fácil seria àquele preservar esta de tantos anacronismos pela adaptação da cronologia à sequência de acontecimentos de que não restava, de modo geral, outra testemunha presencial, ou pela supressão pura e simples da generalidade das datas, a exemplo do que praticaram múltiplos cronistas da época.

O Prof. P.e Silva Rego: Ouvi com a máxima atenção a brilhante conferência de V. Ex.a, que certamente foi uma lição.

A minha impressão pessoal sobre Fernão Mendes Pinto é exactamente a que V. Ex.a manifestou.

Tenho lido bastantes vezes a *Peregrinação* e é minha impressão que o autor a escreveu, com escassos apontamentos, bastantes anos depois de chegar

a Portugal. Há coisas que se repetem aqui e acolá, sendo minha impressão que as incongruências devem atribuir-se a deficiência de memória.

Disse V. Ex.ª, suponho, que tencionava publicar o roteiro de Fernão Mendes Pinto. Seria bom que publicasse a *Peregrinação* por inteiro, bem anotada. Nas edições recentes a interpretação toponímica é uma verdadeira charada.

Quanto a Ningpó ou Ningpofu, direi que a palavra *fu* significa cidade, grande povoação, etc.

Parece-me que não há dados precisos que permitam estabelecer a data da sua fundação. Possui-os V. Ex.ª?

O Conferente: Nada há na *Peregrinação*, nem aliás nas demais obras que consultei sobre o assunto, susceptível de nos elucidar com precisão sobre a época da fundação de Liampó ou sobre a da ida ali dos primeiros portugueses. Suponho que a segunda pode atribuir-se aos anos que aproximadamente se seguiram às primeiras viagens lusitanas ao estuário do rio de Cantão: as de Jorge Álvares e Rafael Perestrelo, em 1513 e 1515, respectivamente.

O Prof. P.e Silva Rego: Importa precisar também o carácter daquele estabelecimento português, visto que os Chineses não nos concederiam a cidade de Ningpó; autorizariam quando muito que nos fixássemos ali. Ao ouvir V. Ex.ª pensei na possibilidade de se tratar de um arrabalde de Ningpofu.

O Conferente: A distância de cerca de três léguas que separa a Liampó portuguesa da Ningpó chinesa condena peremptòriamente a hipótese que V. Ex.ª enunciou.

O Prof. P.e Silva Rego: Custa-me a acreditar que os Chinas permitissem aos Portugueses fixar-se onde quisessem. Tenho assim a impressão de que Liampó foi o sítio escolhido pelos Chineses para que os Portugueses se estabelecessem. E que teriam consequentemente chamado Ningpó àquele estabelecimento sito perto de Ningpofu. Seria arrabalde longínquo, por não gostarem os Chineses da vizinhança dos Portugueses?

Parece-me, repito, que falta averiguar a data e o carácter daquele estabelecimento. Diz-se que os Portugueses tinham lá juízes e vedores, o que lhe dá um quase carácter de colónia. Ora, tenho a impressão de que só mais tarde, quando Macau nos foi concedida, é que adquirimos privilégios consideráveis, como o da chapa de oiro, por exemplo.

De forma que seria interessante investigar o carácter do estabelecimento. V. Ex.ª não encontrou nada sobre o assunto?

O Conferente: Nada além do que atrás expus.

O Doutor Mendes da Luz: Primeiramente desejo felicitar V. Ex.ª pela brilhante lição que acaba de dar-nos, no que me associo às pessoas que falaram depois de V. Ex.ª

Sobre a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, a minha opinião concorda com a exposta pelo Sr. Visconde de Lagoa. E acrescentarei que a costa sínica mais conhecida de Mendes Pinto era precisamente a que vai de Ainão a Ningpó.

Acho portanto que é testemunho concludente a notícia da *Peregrinação*. Mas, que assim não fosse, há, além de António Galvão, João de Barros e, mais tarde, Faria e Sousa, outro cronista, Frei Gaspar da Cruz, cujo depoimento é de grande interesse para o caso.

Diz ele, no *Tratado da China*, que além de esse estabelecimento de Liampó, que indica vagamente — é claro que conhece a existência da cidade —, havia várias povoações da costa com as quais os Portugueses comunicavam, de início por intermédio de chineses fugidos da China por motivo da interdição imperial de abandonarem o país, chineses que navegavam sob a bandeira portuguesa. De tal maneira, pormenoriza Frei Gaspar da Cruz, que chegaram até Nanquim, informação nova que o Sr. Embaixador Albert Kammerer não indica, suponho, no livro publicado em separata pela revista *T'oung-Pao*. É isto o que tinha a dizer, associando-me simultâneamente à nova corrente que está acreditando Fernão Mendes Pinto no Mundo, analisando-lhe com cuidado as numerosas informações. Entre elas figuram algumas de interesse para o estudo do estabelecimento dos Portugueses em Macau. É tempo de desfazer a lenda de que nos foi concedida porque de lá expulsámos os piratas. Fernão Mendes Pinto é muito conciso a esse respeito e os seus dados são confirmados numa relação inédita que encontrei na Biblioteca Nacional de Madrid.

É um estudo que estou fazendo, sobre o qual gostava de conversar com o Sr. Visconde de Lagoa.

O Conferente: Com muito prazer, quando V. Ex.ª quiser.

No tocante às identificações toponímicas, são de interesse capital para o estudo da história e da geografia ultramarina e para a conveniente interpretação dos textos de antanho, eivados de nomes que nenhuma semelhança têm com os actuais e que, para cúmulo de confusão, se repetem amiúde em locais distintos e afastados.

Tenho porém a satisfação de anunciar ao auditório que, mercê do patrocínio dispensado pelo Sr. Prof. Doutor Marcelo Caetano, quando sobraçava a pasta das Colónias, à exposição que então lhe fiz do assunto, e graças às grandes facilidades que a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais me proporciona, espero dar à publicidade no decurso de 1950 um extenso e minucioso *Elucidário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, que será, presumo, obra única no género.

O Prof. P.e Silva Rego: Desejo fazer uma pequena observação ao que o Sr. Dr. Mendes da Luz acaba de dizer de Gaspar da Cruz. Tenho a impressão de que a sua notícia respeita a data posterior, dada a convicção em que estou de que podemos colocar a Liampó de Fernão Mendes Pinto em cerca de 1530 a 1545.

O Doutor Mendes da Luz: Ele não indica data.

O Prof. P.e Silva Rego: Há muito que não leio Gaspar da Cruz. Não me recordo da proibição do imperador da China a que V. Ex.ª (o Dr. Mendes da Luz) aludiu mas que veio, suponho, muito depois.

O Doutor Mendes da Luz: É referida pelo próprio Frei Gaspar da Cruz. Não pode porém precisar-se a data da determinação imperial que proibiu a saída dos Chineses, proibição acentuada pelo estado de guerra com o Japão.

O Prof. P.e Silva Rego: Que os Chineses saíam do seu país prova-o a sua presença em Malaca em...

O Doutor Mendes da Luz: Saíam mas tornavam a entrar, navegando precisamente sob a bandeira dos Portugueses.

Afigura-se-me assim escusado prolongar esta discussão entre nós.

O Prof. P.e Silva Rego: Em minha opinião os Chineses eram proibidos sòmente de empreender viagens que durassem um ano. Tinham que sair e regressar dentro do mesmo ano lunar.

O Doutor Mendes da Luz: O édito do imperador chinês é desconhecido, o que não obsta a que a proibição seja um facto incontestável, citado por Frei Gaspar da Cruz e aceite por historiadores posteriores como Chang e Albert Kammerer.

É incontestável que os Chineses saíam. Encontramo-los no Sião e o próprio D. Afonso de Albuquerque os achou em Malaca, quando empreendeu a sua conquista, como diz o Sr. Visconde de Lagoa em *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*. Se eles viajavam com conhecimento do imperador, não posso precisar. O imperador estava longe e não podia estar ao facto de quanto se passava na costa.

O Prof. P.e Silva Rego: O imperador, não: o rei.

O Doutor Mendes da Luz: O rei da China, se assim o quer. É uma questão de designação.

O Prof. P.e Silva Rego: Para valorizar esta investigação seria interessante fixar, em primeiro lugar, uma data aproximada, e, logo, o carácter do Liampó português relativamente ao chinês. Será pois interessante que o Sr. Visconde de Lagoa dê à publicidade quaisquer esclarecimentos que porventura venha a encontrar sobre o assunto.

O Prof. Doutor Marcelo Caetano: Vejo que há aqui muitas pessoas com conhecimentos profundos acerca de Liampó. Eu nada sei a esse respeito, mas peço licença para apresentar algumas dúvidas que me ficaram na qualidade de ouvinte atento e interessado. A primeira relaciona-se com a carta de Fernão Vaz Dourado, argumento importante para a tese da dupla Liampó. Pode ser que a minha dúvida resulte de pouca familiaridade com a cartografia antiga e do meu erro ao pensar que nela já se obedeceria às convenções cartográficas contemporâneas.

Mas nós vimos na carta há pouco projectada, a par da palavra Liampó em enormes maiúsculas, uma outra designação igual em letras de tamanho muito reduzido.

Não significará isto que, além da cidade de Liampó, havia um distrito, uma província, com o mesmo nome? Não haverá, da parte do cartógrafo, uma convenção ou simples tendência para designar uma região pelo nome da cidade principal? O nosso estabelecimento estaria assim situado na região de Liampó.

De estranhar se me afigura, em segundo lugar, que Fernão Mendes Pinto não use de um qualificativo qualquer para distinguir a Liampó portuguesa da outra, acentuando assim a existência de dois lugares homónimos. Porque não diz «a feitoria», «o estabelecimento» de Liampó?

Acho estranho, mesmo em pessoa desprendida e que escreve sem grandes preocupações, esta identidade de designações, aplicada a lugares que distam quinze quilómetros um do outro. Deveria, parece, esclarecer o leitor.

Existem hoje muitos casos semelhantes, como sejam os da Guarda cidade e Guarda gare, a última das quais começou por ser apenas o sítio onde se fazia o tráfego ferroviário destinado à cidade e que actualmente é uma pequena vila. Há dezenas de exemplos deste género.

É pois de estranhar que ao espírito de Fernão Mendes Pinto não ocorresse a ideia de esclarecer o assunto.

O Conferente: É cabida e fundamentada a observação inicial de V. Ex.ª, pois que encontro em documentos portugueses de quinhentos alusões à cidade, ao porto, ao rio, à região de Liampó e, ainda, às portas do mesmo nome. Havia portanto, além da urbe de Liampó, uma região, um porto marítimo, um rio — o Yung das cartas hodiernas — e as portas de Liampó, designação atribuída às actuais ilhas Kin-Tang e Taping, fronteiras à foz do Yung.

No que toca à segunda observação, direi que Fernão Mendes Pinto alude sempre à Liampó portuguesa. A citação da chinesa é fortuita e obedece ao propósito de esclarecer que as bailadeiras que abrilhantaram o jantar oferecido a António de Faria no porto marítimo Liampó, aquele em que os Portugueses se fixaram, foram contratadas na cidade sínica do mesmo nome, de onde também vieram os gomis de oiro que então serviram.

O Prof. Doutor Marcelo Caetano: E V. Ex.ª diz que ele, ao aludir às bailadeiras, precisa que vieram da cidade chinesa de Liampó?

O Conferente: Diz taxativamente que vieram da cidade de Liampó, que era de ali sete léguas.

O Prof. Doutor Marcelo Caetano: Muito obrigado. Não tinha então razão de ser a minha observação.

O Com. Jaime do Inso: Iniciou-se hoje aqui o processo de reabilitação de Fernão Mendes Pinto. Peço licença para sugerir que se procure por qualquer forma, que haverá muitas, dar vulto e relevo a este facto.

Résumé

Pleine de lacunes en ce qui concerne maints exploits officiels, il n'est pas étonnant que l'histoire portugaise d'outre-mer passe sous silence de nombreuses expéditions de caractère privé, réalisées par nos soldats d'aventure, dont l'audace, l'esprit d'initiative et l'intuition politique ont joué un rôle qu'on ne saurait trop mettre en évidence.

Parmi de tels exploits ressort celui de l'établissement portugais de Liampó, qui, paraît-il, acquit vite une importance exceptionnelle à une époque où les flottes de la couronne osaient à peine s'aventurer dans ces parages lointains de la Chine.

A tant de siècles de distance, en dépit des progrès de l'historiographie de nos jours, l'établissement portugais de Liampó, auquel Fernão Mendes Pinto consacre des pages minutieuses et enthousiastes, est fort mal connu.

Où se trouvait-il ?

Voici le thème que le conférencier développa, se basant sur les renseignements précaires des chroniqueurs et sur les indications divergentes de la cartographie du XVIème siècle.

En un bref exposé, l'orateur confronta les leçons de João de Barros, António Galvão, Fernão Mendes Pinto et Manuel de Faria e Sousa avec le témoignage des cartes de Lopo Homem, Lázaro Luís, Fernão Vaz Dourado, Pedro de Lemos, Domingos Martins d'Orta, Gérard Mercator et d'autres.

Les renseignements de Barros sont concluants en ce qui concerne l'existence d'un promontoire qui représentait l'extrémité orientale de la terre ferme alors connue, que les Portugais appelaient Liampó à cause de la ville voisine de Nimpó, dont ils faussèrent le nom.

Il existait pourtant, déjà à cette époque, une importante ville chinoise dont le nom Nimpó est devenu, sous la forme corrompue de Liampó, celui du cap voisin, ville identifiable, sans doute possible, avec la Ningpó ou Ningpofu des cartes modernes, sur la rivière Yung, à une dizaine de milles de l'embouchure.

Mais, en dépit de l'autorité de Barros, son identification de la Liampó d'autrefois avec la Ningpó de nos jours se heurte à celles des cartes du XVIème siècle qui nous présentent l'établissement portugais de Liampó près de la barre du Yung, à l'emplacement de l'actuel Chin-Hai, trois lieues est-nord-est de Ningpó.

D'autres cartographes contemporains — le fameux Lopo Homem par exemple — situent Liampó à l'endroit de Ningpó, mettant ainsi en crédit la leçon de Barros.

D'autres encore — tel est le cas de Fernão Vaz Dourado et Luís Teixeira — nous présentent deux Liampó, qui correspondent respectivement à la ville de Ningpó et au port de Chin-Hai.

Le problème de l'identification de Liampó, que les renseignements insuffisants et contradictoires des chroniqueurs et cartographes de l'époque privent de solution définitive, est suffisamment éclairci par ce que Fernão Mendes Pinto raconte du banquet offert à son capitaine, António de Faria, au port maritime de Liampó, festin auquel participèrent des chanteuses et musiciennes indigènes spécialement engagées à la ville de Liampó, éloignée sept lieues du port du même nom, où le banquet avait lieu.

En conclusion, il existait deux établissements homonymes, contemporains et voisins l'un de l'autre, situés sur les rives du fleuve Yung, à l'endroit où se trouvent maintenant la ville de Ningpó et le port de Chin-Hai.

Summary

It is not surprising, in view of the gaps in so much of our history of official exploits that Portuguese history passes in silence over many expeditions of a private nature undertaken by soldiers of fortune whose audacity, initiative and political intuition cannot be over emphasised.

Amongst such exploits that of the Portuguese settlement at Liampó stands out. This settlement acquired exceptional importance at a time when the royal fleets hardly dared venture into these far China seas.

After so many centuries, despite the historiographic progresses of our days, the Portuguese settlement of Liampó, to which Fernão Mendes Pinto devotes detailed and enthusiastic pages, is very litle known.

Where was it?

Such was the theme the lecturer developed basing himself on the fragmentary information of the chroniclers and the contradictory indications of the cartographers of the XVI[th] C.

In a few words the lecturer contrasted the lessons of João de Barros, António Galvão, Fernão Mendes Pinto and Manuel de Faria e Sousa with the evidence of the charts of Lopo Homem, Lázaro Luís, Fernão Vaz Dourado, Pedro de Lemos, Domingos Martins d'Orta, Gerardo Mercator and others.

Barros information is conclusive so far as the existence of a promontory, the easternmost extremity of the land then known, is concerned; this promontory was called Liampó by the Portuguese because of the nearly town of Ningpo from which they corrupted the name.

There was already at this time an important Chinese town from which the name Ningpo was derived, under the corruption of Liampó.

This was on the neighbouring cape and is identifiable without any doubt with the Ningpó or Ningpó Fu of modern charts, on the river Yung, some ten miles from the mouth.

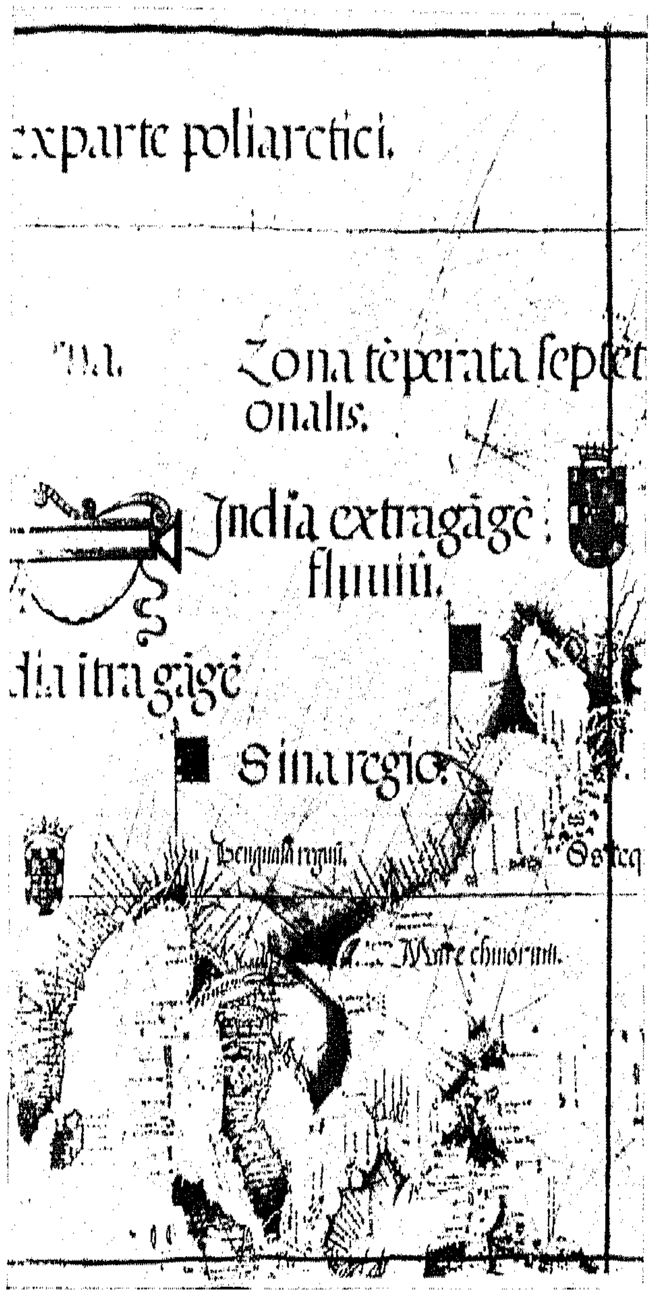
But, despite Barros authority, his identification of Liampó as being the Ningpó of our times conflicts with that of the XVI[th] Century charts which show the Portuguese establishement of Liampó as near the bar of the Yung, in the spot where the present Chin-Hai is situated, three leagues East-Northeast of Ningpó.

Other contemporary cartographers — for instance the famous Lopo Homem — place Liampó in the neighbourhood of Ningpó, thus giving credit to Barros assertion.

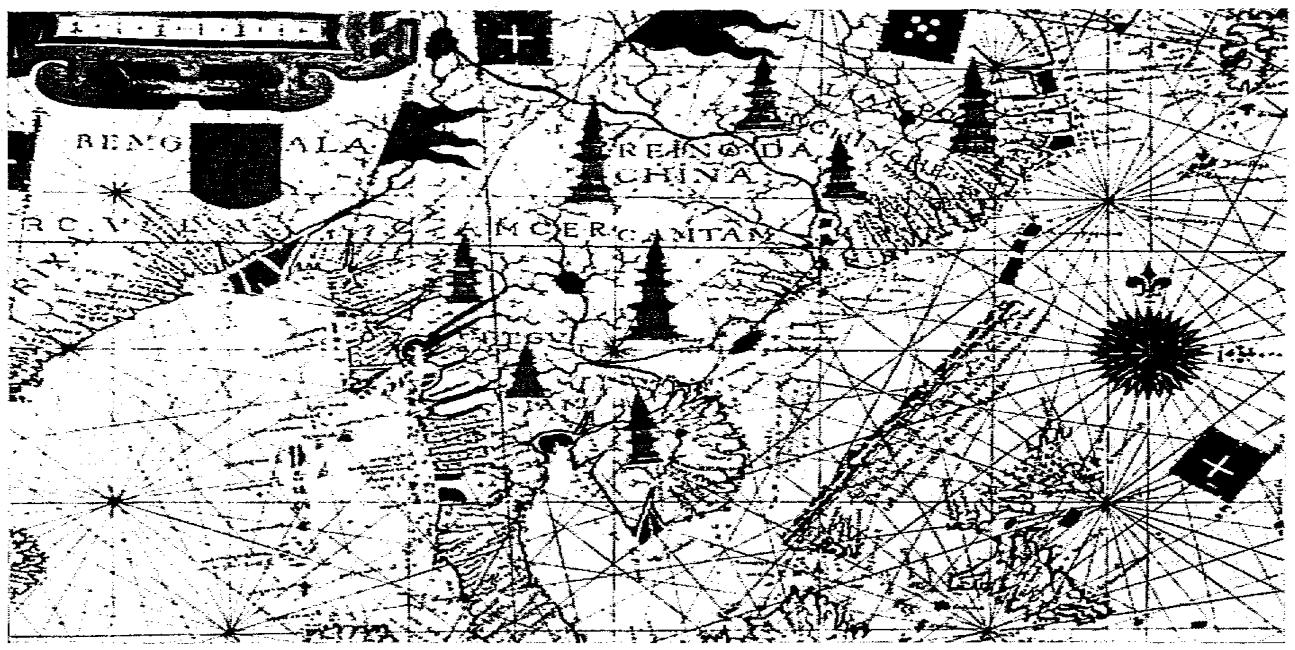
Yet others — Fernão Vaz Dourado and Luís Teixeira amongst them — give us two Liampós corresponding with the town of Ningpó and the port of Chin-Hai.

This problem of the identification of Liampó, to which no definite solution can be given in view of the insufficient and conflicting information of the chroniclers and cartographers of the period, is somewhat clarified by what Fernão Mendes Pinto tells of the banquet given in honour of his captain António de Faria at the port of Liampó: «a festivity in which native singers and musicians, specially engaged *at the nearby town of Liampó*, took part. This town being some seven leagues from the post of the same name where the banquet took place», according to Pinto.

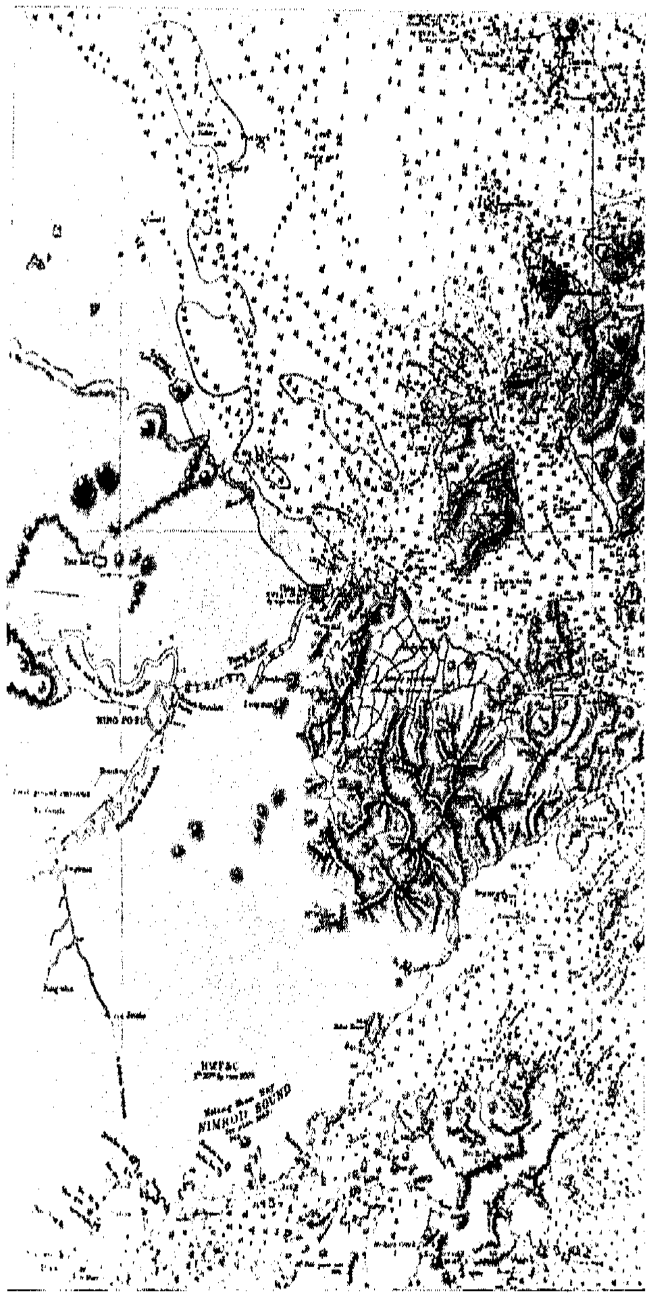
It is concluded therefore that there were two settlements with the same name and close together, both on the banks of the river Yung, where Ningpo and Chin-Hai stand.



A Liampó de Lopo Homem



A dupla Liampó na décima segunda carta do atlas
de Fernão Vaz Dourado, de 1571



Representação cartográfica actualizada de Ningpó e Chin Hai